

Editorial

“[...] nenhuma reflexão sobre o Brasil é realista se ignora essa ‘fratura maior’ que são os desequilíbrios regionais”.

(Celso Furtado, *A nova dependência*, p. 14)

“Desprezados pelas elites, os valores da cultura popular procedem seu caldeamento com considerável autonomia em face da cultura das classes dominantes. A diferenciação regional do Brasil deve-se essencialmente à autonomia criativa da cultura de raízes populares”.

(Celso Furtado, *O longo amanhecer*, p. 65)

É realmente impressionante que, em poucos meses, uma crise sanitária sem precedentes viesse a reorganizar a vida de indivíduos e coletividades humanas em escala planetária. Como se afirmou no primeiro número da RBDR de 2020: “não há dúvidas de que ainda se ouvirá falar muito em Covid-19”. De fato, as suas implicações ainda não são bem dimensionáveis. O mais evidente é que tanto o número de infectados quanto o de óbitos continua crescendo em ritmo assustador, no mundo, na América Latina, no Brasil. No momento em que se escreve este editorial, registram-se 16,26 milhões de infectados e 649 mil vítimas fatais mundo afora. No Brasil, já há 2,42 milhões de infectados e mais de 87 mil óbitos. Entre este editorial e o anterior, o número de infectados cresceu por um múltiplo de 4 no mundo, enquanto no Brasil, por um de 27,3. E o número de vítimas cresceu por um múltiplo de 1,8 no mundo, enquanto no Brasil, por um de 13,7. Se se permanecesse na superfície, essas diferenças poderiam ser atribuídas ou à má sorte de brasileiras/os ou a outros tristes acasos. Contudo, ao se ultrapassar as grossas camadas da tergiversação e do diversionismo, tais diferenças vão revelando algo mais incômodo. Com efeito, sem grande esforço se pode inferir que, ao invés de má sorte, os/as brasileiros/as estão mesmo a lidar com medidas oficiais orientadas deliberadamente para os resultados que estão à vista. É tragédia anunciada. Em meio à crise econômica doméstica, em maior medida, agravada propositalmente pelas autoridades da área e, em medida menor, pela piora do quadro econômico global, degradam-se aceleradamente os indicadores sociais. Da explosiva crise político-institucional nem é preciso falar, posto que a cada dia que passa emergem novas evidências de que, por Pindorama, as instituições já não funcionam. Se funcionassem, as lamentações que ocupam a maior parte desta introdução ao editorial do segundo número da RBDR de 2020 dariam lugar a registros mais alvissareiros.

Mas, há que buscar energia d’alguma fonte para virar o jogo. E essa fonte é Celso Furtado que, se vivo fosse, teria feito 100 anos no último dia 26 de julho. O economista nascido em Pombal, na Paraíba, que se tornou cidadão do mundo e intelectual de referência, oferece inspiração a quem ainda se indigna com tanta notícia triste e luta sem trégua por um mundo melhor. As citações que abrem este editorial e, portanto, este número da RBDR, remetem, inicialmente, ao objeto privilegiado nas páginas deste periódico. Mas, evocam, também, um conflito – perspicazmente captado por Furtado – entre a cultura de raízes populares e a das classes dominantes. Não parece haver dúvidas com qual das duas o economista paraibano se identificava mais. Se lhe incomodava a fratura dos desequilíbrios regionais, ele ensinou que havia algo próprio às regiões que tinha origem, precisamente, na contribuição das classes populares. E se era desejável e possível reduzir as desigualdades socioeconômicas entre regiões, isso não significaria, jamais, eliminar a rica diversidade sociocultural do país. Pelo contrário, a “autonomia criativa da cultura de raízes populares” de cada região seria a base sólida sobre a qual se poderia concretizar a utopia de um território socioeconomicamente mais homogêneo. A homenagem que aqui se presta a Celso Furtado é mais que merecida. Mas, para festejar o centenário de nascimento deste grande brasileiro, à altura de sua obra intelectual e política, foi organizada e publicada uma trilogia comemorativa sob a responsabilidade de Cidival Morais de Sousa, José Luciano Albino Barbosa e este editor. O lançamento do terceiro e último volume se deu, exatamente, no último dia 26 de julho. De maneira que o registro mais alvissareiro desses tempos radica nesta inigualável fonte de energia que é a obra – intelectual e política – de Celso Furtado. Para virar o jogo.

Isto dito, lembra-se, uma vez mais, que a *Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional* vem procurando constituir-se em espaço plural para o debate interdisciplinar sobre os diferentes temas que correspondem à “questão regional” (à ‘fratura maior’ a que Celso Furtado deu inequívoca contribuição), sobretudo, em/de países periféricos. É através da publicação de artigos, ensaios e resenhas, inéditos (exceto se tenham sido publicados em periódicos não brasileiros), principalmente, da área de planejamento urbano e regional, que a RBDR se apresenta como espaço democrático de debate. Não obstante, também são bem-vindas contribuições de áreas como geografia, economia, sociologia, antropologia e ciência política. Caso convirjam para temas que tratem de desenvolvimento regional, acolhem-se inclusive contribuições de campos como urbanismo, comunicação social, direito, serviço social e turismo. Cabe recordar, ainda, que os artigos e ensaios publicados na *Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional* podem ser de natureza mais “teórica” ou de caráter mais “empírico”, consistir de estudos sobre o desenvolvimento regional da América Latina (inclusive, do Brasil) ou de análises que associem escalas relevantes no entendimento dos diversos processos de desenvolvimento e, sendo o caso, destacar as determinações causais e o

protagonismo de agentes e instituições na construção de trajetórias de desenvolvimento no território.

Assim sendo, e apesar das enormes dificuldades presentemente vividas no Brasil, a RBDR disponibiliza ao seu fiel público, com grande alegria, o seu segundo número de 2020. Os nove artigos que se apresentam a seguir adequam-se ao perfil da *Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional*, em conformidade com o acima anunciado.

“Capital mercantil autônomo e a transição ao capitalismo: a polêmica sobre as duas vias e o papel das cidades” é o artigo inicial, assinado por Eduardo Barros Mariutti. Aí se examinam algumas vias tomadas pelo capital mercantil para penetrar a esfera da produção e, assim, acelerar a formação do capitalismo. Este artigo complementa o anterior, publicado no último número da RBDR, apoiando-se no clássico debate sobre a transição do feudalismo ao capitalismo, incluindo a controvérsia sobre o papel das cidades.

O segundo artigo, assinado por Osmar Faustino de Oliveira, é “Uma discussão sobre desenvolvimento regional na perspectiva de Tania Bacelar”. Ele tem como propósito discutir desenvolvimento regional no Brasil e no Nordeste na visão da economista pernambucana, revisando sua produção intelectual. Em seus estudos, Tania Bacelar mostra que as políticas nacionais horizontais e setoriais do início do século XXI finalmente geraram melhorias, com efeitos positivos na batalha contra as disparidades regionais.

Em “A estratégia top-down da política pública de agricultura familiar na Guiné-Bissau”, Marcelino Armindo Monteiro, Zelimar Soares Bidara e Moacir Piffer se propõem a analisar os resultados do Projeto de Apoio à Segurança Alimentar, implementado nas regiões de Biombo, Gabu e Tombali (República da Guiné-Bissau), considerando o período 2010-2015. A análise evidencia que a política pública caracteriza-se como *top-down*, sem maior espaço para a participação efetiva da parte local das três regiões beneficiadas.

Anne Kelly Aparecida de Souza Tassara, Moacir José dos Santos e Edson Trajano Vieira são xs autorxs do artigo seguinte: “Industrialização e desenvolvimento: um estudo dos municípios de Goiatuba (GO) e Morrinhos (GO) na década de 2000”. Aí examinam os efeitos da industrialização nos municípios de Goiatuba (GO) e Morrinhos (GO), ou seja, se a industrialização refletiu positivamente no crescimento e desenvolvimento desses municípios do estado de Goiás, no Centro-Oeste brasileiro, na década de 2000.

No artigo seguinte, “O patrimônio territorial do município de Buriticupu-MA”, Joanyse de Fátima Guedes da Silva e Monica Franchi Carniello procuram inventariar os principais ativos territoriais do município de Buriticupu, no estado do Maranhão. Para lograr este intento, elas buscam caracterizar os aspectos econômicos do território, o seu potencial natural, a sua organização social, as suas

instituições, o mundo do trabalho, além dos valores compartilhados pela população de Buriticupu.

“Redes de apoio social em comunidades rurais do Maranhão: mulheres construindo o desenvolvimento local sustentável” – assinado por Neuzeli Maria de Almeida Pinto e Josilene Montelo Ferreira – é o sexto artigo deste número da RBDR. Aí se buscou analisar o papel das redes de apoio social mantidas por mulheres em comunidades rurais do Maranhão, e o modo como se organizam em termos de relações sociais familiares, autonomia e empoderamento na construção do desenvolvimento local sustentável.

Já no sétimo artigo, “Políticas públicas de convivência com o semiárido: a economia solidária como alternativa no sertão paraibano”, Adriele Mercia Souza de Assis e Felipe César da Silva Brito avaliam as ações desenvolvidas em um município da Paraíba para a convivência com o semiárido, considerando a economia solidária como alternativa. Os resultados mostram que o governo local tem abdicado de opções como a da economia solidária, privilegiando, por ora, políticas de enfrentamento da escassez hídrica.

Verenice Zanchi, Mariana Barbosa de Souza e Virginia Elisabeta Etges assinam o artigo “Expansão urbana e espaço rural: condomínios urbanísticos/loteamentos fechados em Santa Cruz do Sul-RS”. O objetivo é analisar as repercussões da expansão de novos produtos imobiliários, na forma de loteamentos fechados/condomínios urbanísticos no território do município de Santa Cruz do Sul, no Rio Grande do Sul. A sua principal ênfase recai, portanto, no processo de expansão urbana sobre o espaço rural.

Por fim, em “Política Nacional de Atenção Hospitalar: discussão conceitual de políticas públicas e aplicação prática”, Vanilson Viana Cardoso, Juliana da Fonseca Capssa Lima Sausen, Sérgio Luís Allebrandt, Airton Adelar Mueller, Lurdes Marlene Seide Froemming e Daniel Knebel Baggio apresentam os resultados de uma pesquisa sobre serviços de saúde hospitalar, elegendo como estudo de caso um hospital privado e sem fins lucrativos, a partir de uma revisão conceitual de políticas públicas.

Há, por fim, uma seção de resenhas, em que se comentam, brevemente, algumas obras publicadas no ano de 2019. É possível que os leitores deste número da RBDR também se interessem por ela.

Ao concluir o presente editorial, cabe ainda: (i) lembrar que a RBDR continuará passando por mudanças, com a participação ativa da aguerrida equipe que a tem editado; (ii) enviar um agradecimento especial aos articulistas, aos integrantes do conselho editorial e aos “carregadores de piano” por sua inestimável contribuição para que a *Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional* pudesse avançar em seus propósitos; e (iii) reiterar que esta editoria apreciaria continuar contando com a crítica de seus leitores, autores e membros do conselho editorial, para que, a cada edição, possam ser reduzidos erros e equívocos. Em contrapartida, a RBDR se

compromete a permanecer fiel ao ideal de constituir-se em espaço plural de debate interdisciplinar qualificado sobre assuntos relativos à “questão regional”.

Que este segundo número de 2020 da RBDR leve a todos uma leitura da melhor qualidade. Até breve!

Ivo M. Theis

Editor

